

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS №. 26/20200 **MENOR PREÇO POR ITEM**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE FILTROS E LUBRIFICANTES, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

DATA DA ABERTURA: 23 DE JULHO DE 2020.

PREÂMBULO

- 01. DA CONVOCAÇÃO
- 02. DO OBJETO
- 03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO
- 04. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 05. CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES
- 06. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES
- 07. DA PROPOSTA
- 08. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
- 09. DA HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO
- 10. DA HOMOLOGAÇÃO
- 11. DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO
- 12. PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 13. DO PAGAMENTO
- 14. DO LOCAL, PRAZO, ACEITE E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS
- 15. DAS PENALIDADES
- 16. DA PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
- 17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 18. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 19. DA CONTRATAÇÃO
- 20. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS
- 21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- Anexo I Termo de Referência;
- Anexo II Formulário Padronizado de Proposta;
- Anexo III Declaração de Habilitação;
- Anexo IV Declaração de Fatos Supervenientes Impeditivos;
- Anexo V Declaração nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- Anexo VI Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VII Minuta do Contrato;
- Anexo VIII Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2020 PROCESSO Nº. 53/2020 **MENOR PREÇO POR ITEM**

DA CONVOCAÇÃO

A PREFEITURA DE ITAQUIRAÍ/MS, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada através do Decreto nº. 4.587, de 16 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial do Município, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará processo licitatório, acima identificado, pelo regime de execução indireta, a qual será processada e julgada de conformidade com a Lei Federal n°. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, combinado com o Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto Municipal nº. 2.461, de 01 de março de 2013, Decreto Municipal nº. 1.391/2006, e Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Federal nº. 8.538/15, e condições previstas neste ato convocatório.

1.2. DA REUNIÃO PÚBLICA

1.2.1. A reunião pública destinada ao recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação, ocorrerá na data, hora e local seguintes:

DATA: 23/07/2020. HORÁRIO: 08h00min

LOCAL: Sala de reunião da Prefeitura de Itaquiraí/MS, sito à Rua Campo Grande, 1585, Bairro Centro, CEP: 79.965-000.

2. DO OBJETO:

- 2.1. Constitui objeto da presente licitação, o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de filtros e lubrificantes, em atendimento à demanda da Administração Municipal, conforme especificações contidas no anexo I deste edital.
- 2.2. O Registro e Preços será formalizado por intermédio de Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas neste edital.
- 2.3. A quantidade constante no Anexo I é para efeito de registro por unidade de preço.
- 2.4. Os preços registrados neste procedimento terão validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, e sua eficácia se dará após a publicação do extrato.

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO 3.





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- 3.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 3.2. O prazo para entrega do objeto em comento será de até 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento, por parte da contratada, da Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.
- 3.3. A empresa vencedora deverá executar qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo portanto, estipular em sua proposta de preços, cota mínimas ou máximas, para remessa do produto, sendo que as quantidades mencionadas no Anexo I deste edital, são estimadas para 01 (um) ano.
- 3.4. Não serão aceitos na execução, produtos diferentes daquelas constantes na(s) proposta(s) vencedora(s).
- 3.5. Verificada a desconformidade do produto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
- 3.6. Toda e qualquer entrega de produto fora do estabelecido neste edital, será imediatamente notificada à licitante vencedora, podendo ser aplicadas às sanções previstas no item 15 deste edital.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:
- 4.1.1. Interessados que detenha atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 4.1.2. Atenda os requisitos e exigências constantes deste Edital e seus anexos.
- 4.2. Não poderão concorrer neste **Pregão**:
- 4.2.1. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 4.2.2. Empresa que esteja suspensa de participar de licitação realizada pela Prefeitura de Itaquiraí/MS;
- 4.2.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual, ou Federal, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- 4.2.4. Direta ou indiretamente, empresa ou firma mercantil individual constituída por servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do art. 9°, Inciso III, da Lei Federal n°. 8.666/93.





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

4.3. Para fins de aplicação da Lei Complementar nº. 123/06, nesta licitação, as microempresas (ME) e as empresa de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais nos termos dos artigos 18-A e 3º da referida lei, farão jus aos mesmos benefícios, independente da receita bruta anual.

5. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

- 5.1. Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, a licitante deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo este pela representada, devendo, ainda, no horário indicado no preâmbulo deste Edital, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
- 5.2. O credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a) No caso de diretor, sócio ou proprietário da empresa licitante que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação: de ato constitutivo, estatuto ou contrato social, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso (cópia autenticada na forma do subitem 9.8).
- b) Tratando-se de procurador deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- c) Cada **credenciado** poderá representar apenas uma licitante.
- 5.3. No momento do credenciamento deverá ser apresentada Declaração de Habilitação, conforme anexo III, e de acordo com o inciso VII, artigo 4º da Lei Federal nº. 10.520/2002, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos da habilitação, podendo o credenciado ou representante preencher a declaração no momento da abertura da sessão.
- 5.4. A empresa licitante somente poderá se pronunciar através de seu representante credenciado e ficará obrigada pelas declarações e manifestações do mesmo.
- 5.5. O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro e Equipe de Apoio ou cujo documento de credenciamento esteja irregular, ficará impedido de participar das fases de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes Proposta ou Documentação relativos a este Pregão, caso em que será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500 CNPJ 15.403.041/0001-04

e-mail: <u>licitacao@itaquirai.ms.gov.br</u> E.S.N.



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- 5.6. A empresa licitante, nos termos do art. 72 da Lei Complementar nº. 123/06, visando os benefícios previstos na mesma, deverá apresentar a DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ANEXO VIII assinada pelo seu proprietário ou sócios e contador responsável pela escrituração da empresa devidamente registrado no órgão Regulador, acompanhada da Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante, emitida a menos de 90 (noventa) dias data de abertura das propostas deste edital.
- a) A condição do licitante como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), e Microempreendedor Individual (MEI) somente será procedida pelo Pregoeiro se o interessado comprovar tal situação jurídica através do seu instrumento constitutivo registrado na respectiva Junta Comercial ou órgão competente, no qual conste a inclusão no seu nome como ME, EPP ou MEI, ou através da apresentação do comprovante de enquadramento do licitante na condição especificada mediante declaração em instrumento próprio para essa finalidade no respectivo órgão de registro de seus atos constitutivos;
- b) A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.
- 5.7. O representante poderá ser substituído por outro devidamente cadastrado;
- 5.8. A não apresentação ou a não incorporação do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedira o representante de manifestar-se e responder pela mesma.
- 5.9. Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, devendo estar ciente que estará renunciando a fase de lance, de negociação e a interposição de recursos.

6. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1. Até o dia, horário e local fixado no preâmbulo deste Edital, a licitante deverá apresentar à Equipe de Apoio, juntamente com a Declaração de Habilitação (conforme anexo III), a proposta escrita e a documentação, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social do licitante, se os mesmos não forem timbrados, os sequintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE -MS PREGÃO PRESENCIAL Nº. /2019 **ENVELOPE "A" PROPOSTA RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:** CNPJ:

Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500 CNPJ 15.403.041/0001-04

e-mail: <u>licitacao@itaquirai.ms.gov.br</u> E.S.N.





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE	MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº/2019	
ENVELOPE "B" DOCUMENTAÇÃO	
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:	
CNPJ:	

7. DA PROPOSTA

- 7.1. A proposta contida no envelope Proposta deverá ser apresentada com as seguintes informações e características:
- a) Emitida por computador ou datilografada, de preferência, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas, vedadas cotações alternativas.
- b) A licitante deverá apresentar o preço unitário e preço total, conforme anexo II deste Edital, e ao final com a indicação do total geral da proposta, em algarismo ou por extenso.
- c) Somente serão aceitos precos cotados em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos arábicos.
- d) Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, compreendendo os impostos, taxas, fretes, e as despesas decorrentes do fornecimento, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.
- e) Os preços deverão ser cotados com até duas casas decimais.
- f) O valor do item informado DEVE SER INFERIOR OU IGUAL AO VALOR DE REFERÊNCIA DO MESMO, conforme Anexo I deste Edital.
- g) A última folha deverá estar carimbada com o CNPJ/MF da empresa licitante, e assinatura do representante legal da empresa.
- h) Deve indicar o prazo para iniciar a execução/entrega, após a data de assinatura do Contrato/Equivalente.
- i) Deve informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura dos envelopes de proposta.
- j) Caso os prazos estabelecidos nas alíneas "h" e "i", não estejam indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos pela licitante para efeito de julgamento.
- 7.2. Não se admitirá proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, ou que apresentar preços globais ou unitário inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

8. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 8.1. No dia, hora e local designado no preâmbulo deste Edital, será aberta sessão pública para processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame e recebimento dos envelopes com propostas escritas e documentação de habilitação.
- 8.2. O Pregoeiro procederá à abertura do Envelope "A", contendo a Proposta de Preços escritas ordenando-as em ordem crescente de preços e, em seguida, fará uma análise prévia dos preços, observando a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao preço total, procedendo-se às correções de eventuais erros, tomando como corretos e adotando como critério de aceitabilidade os preços "unitários".
- 8.3. Durante o julgamento e análise das propostas, será verificada, preliminarmente, a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste Edital, devendo ser classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, somente aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.
- 8.4. Após proceder conforme descrito no subitem anterior, o Pregoeiro selecionará as propostas para fase de lances, observando os seguintes critérios:
- a) classificará a licitante autora da proposta de menor preço por item e todas aquelas apresentadas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), em relação ao menor preço ofertado, disposto em ordem crescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais.
- b) não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), incluindo a primeira classificada, quaisquer que sejam os preços ofertados. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- c) havendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas selecionadas para a fase de lances, realizar-se-á o sorteio para definir a ordem da apresentação dos lances.
- 8.5. O Pregoeiro convocará as licitantes selecionadas conforme item 8.4 para a apresentação de lances verbais, de forma sucessiva, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta de maior preço, seguindo-se das demais em ordem decrescente de valor.
- 8.6. O Pregoeiro, antes da etapa de lances, poderá estabelecer intervalo mínimo entre os lances, para agilizar a sessão.





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- 8.7. Na fase de lances verbais será permitido o uso de celulares pelos representantes para eventuais consultas telefônicas, os quais disporão até o máximo de 03 (três) minutos, por consulta.
- 8.8. Em observância à Lei Complementar Federal nº. 123/2006, na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 8.8.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam superior até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.
- 8.9. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.9.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 8.9.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 8.9.1 deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.8.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (inciso II do art. 45 da Lei Complementar Federal nº. 123/06).
- 8.9.3. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 8.9 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (§ 1º do art. 45 da Lei Complementar Federal nº. 123/06).
- 8.9.4. O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (§ 2º do art. 45 da Lei Complementar Federal nº. 123/06).
- 8.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital.
- 8.12. Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

9. DA HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- 9.1. Para habilitação neste Pregão, ultrapassada a fase de propostas, a licitante, detentora da melhor oferta, deverá comprovar, mediante apresentação no ENVELOPE "A", os documentos a seguir relacionados, entregues de forma ordenada e numerados, de preferência, na seguinte ordem, de forma a permitir a maior rapidez na conferência e exame correspondentes:
- 9.2. Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:
- 9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- 9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações ou a respectiva consolidação, se houverem, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, este item é dispensado caso já tenha sido apresentado para credenciamento; ou ainda
- 9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício;
- 9.2.4. No caso de Sociedades que envolvem uma outra empresa jurídica como sócia junta-se para a habilitação o CNPJ da respectiva empresa.
- 9.3. Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:
- 9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- 9.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.3.3. Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pelo Ministério da Fazenda (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional / Secretaria da Receita Federal do Brasil) conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- 9.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Estado), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.
- 9.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Município), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- 9.3.6. Prova de regularidade relativa à seguridade social demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (Certificado de Regularidade de Situação CRS, perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço/FGTS);
- 9.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, de acordo com a Lei n.º 12.440, de 07 de julho de 2011.
- 9.4. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último Exercício Social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, nos termos do artigo 31, inciso I e parágrafo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- a.1) Entenda-se por "na forma da lei" o seguinte: quando S/A, balanço patrimonial devidamente registrado (art. 289, caput e § 5º, da Lei Federal no. 6.404/76):

quando outra forma societária, balanço acompanhado de cópia do termo de abertura e encerramento do livro Diário do qual foi extraído (art. 5, § 2º do Decreto Lei nº. 486/69), autenticado pelo órgão competente do Registro do Comércio;

- a.2) As empresas que adotem a Escrituração Contábil Digital, enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverão apresentar as Demonstrações Contábeis, os Termos de abertura e encerramento e o Recibo de Entrega de Livro Digital emitidos pelo Sistema Validador do SPED.
- b) Somente serão aceitos aqueles publicados em jornais oficiais (publicação original ou cópia autenticada) ou cópias autenticadas dos termos de abertura e de encerramento e do balanço patrimonial, retiradas (por qualquer processo de cópia) do Livro Diário registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoa Jurídica:
- c) Para as Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), optantes do "SIMPLES" é obrigatória a apresentação do Balanço Patrimonial, dispensando-se apenas a publicação e a sua transcrição no Livro Diário;
- d) As empresas recém-constituídas deverão apresentar em substituição ao Balanço Patrimonial, cópia do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, nas mesmas condições formais exigidas acima (assinaturas, registro, etc.);
- e) Todos os documentos citados deverão conter a assinatura do técnico em contabilidade ou contador, com o devido registro no Conselho Regional de Contabilidade, e do(s) sócio(s), diretor(es), administrador(es) ou representante legal;





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- f) <u>Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da</u> pessoa jurídica;
- 9.5. OUTROS DOCUMENTOS;
- 9.5.1. Declaração, observadas penalidades cabíveis, de superveniência de fatos impeditivos da habilitação, conforme Anexo IV deste Edital.
- 9.5.2. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (na forma do Anexo V deste Edital);
- 9.6. Os documentos solicitados que por sua natureza devam ser expedidos por órgão público, deverão estar no prazo de validade neles previstos, e todos os demais que não conste expressamente seu prazo de validade, considerar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.
- 9.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- a) em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo;
- b) se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.8. Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticado por cartório competente ou por servidores do Departamento de Licitações, até às 12:00 horas do último dia útil que anteceder a data marcada para abertura dos envelopes Proposta e Documentação, por publicação em órgão da imprensa oficial, ou Certidão de Inteiro Teor, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001.
- 9.8.1. Serão aceitas somente cópias legíveis;
- 9.8.2. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
- 9.8.3. O Pregoeiro reservar-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 9.9. Com relação a documentação de regularidade fiscal e trabalhista, a licitante





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, mesmo que apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar Federal nº. 123/06).

- 9.10.1. A proponente vencedora, que se enquadre no subitem anterior, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, com termo inicial a partir da publicação do aviso de resultado, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, através do Pregoeiro, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (§ 1º do art. 43 da LC nº. 147/14).
- 9.10.2. A não-regularização da documentação, no prazo concedido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93 de 21.06.1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (§ 2º do art. 43 da LC nº. 123/06).
- 9.10. Após examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação das licitantes, mediante confronto com as condições deste Edital, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem às exigências aqui estabelecidas.
- 9.11. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos escoimados das causas referidas no ato inabilitatório.
- 9.11.1. Serão exigidos para reapresentação apenas os documentos desqualificados e não aceitos;
- 9.11.2. As licitantes poderão abdicar do prazo estabelecido, de comum acordo.

10. DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe homologado o objeto do certame.
- 10.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
- 10.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará as licitantes a oportunidade para manifestarem a



Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500 CNPJ 15.403.041/0001-04

e-mail: <u>licitacao@itaquirai.ms.gov.br</u> E.S.N.



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

- 10.4. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 10.5. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do Registro de Preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio da emissão prévia de nota de empenho de despesa.

11. DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO

- 11.1. Qualquer interessado poderá, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes e da sessão de processamento do Pregão, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital, sob pena de decadência de fazê-lo administrativamente.
- 11.2. A petição deverá ser dirigida ao Pregoeiro, devendo o mesmo decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ou conforme a complexidade, poderá submetê-la à Procuradoria Jurídica para análise e parecer;
- 11.3. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, ou não sendo possível a decisão administrativa pertinente antes da data fixada para a realização deste Pregão, será designada nova data para realização do certame, com a devida publicidade, inclusive das alterações, se houverem.
- 11.4. A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela licitante deverá ser feita ao Pregoeiro imediatamente após a declaração do(s) vencedor(es), nos casos de:
- a) julgamento das propostas:
- b) habilitação ou inabilitação da licitante;
- c) outros atos e procedimentos.
- 11.5. A licitante na sua manifestação explicitará, necessariamente, a motivação consistente que será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.
- 11.6. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso pela licitante, implicará na decadência desse direito, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 11.7. Admitido o recurso, a licitante terá o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões recursais escritas, dirigidas ao Pregoeiro, e estará disponível às





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

demais licitantes classificadas, para impugná-lo ou não, apresentando suas contra-razões em até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata em cartório dos autos do Pregão.

- 11.8. As licitantes que desejarem impugnar o(s) recurso(s), ficarão intimadas a fazê-lo desde a reunião de realização deste Pregão.
- 11.9. Uma vez tempestivo, o Pregoeiro receberá o recurso, declarando o seu efeito suspensivo, e encaminhará à Assessoria Jurídica para análise e parecer, sendo a decisão proferida pela autoridade competente responsável pela homologação da licitação.
- 11.10. O provimento quanto ao mérito do recurso pela autoridade competente implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 11.11. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto do Pregão à licitante vencedora, e em consequência homologar o procedimento licitatório.

12. PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. Será firmado Ata de Registro de Preços com a(s) licitante(s) vencedora(s) com base nos dispositivos do Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013;
- 12.2. O prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, será de até 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação da Prefeitura de Itaquiraí;
- 12.3. Na hipótese de a licitante convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo mencionado no subitem anterior, a Prefeitura de Itaquiraí convocará a licitante remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo;

13. DO PAGAMENTO

- 13.1. Os pagamentos devidos a **Contratada** serão efetuados pela Secretaria Municipal de Finanças, em até 30 (trinta) dias, após a execução do objeto, e mediante a apresentação de faturas ou notas fiscais devidamente atestadas e visadas, por funcionários da Prefeitura de Itaquiraí/MS.
- 13.1.1. A contratada deverá apresentar, junto com a(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is), documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme art. 29, da Lei 8.666/93, para comprovação de que encontra-se regular com as Fazendas Públicas, em atendimento ao estabelecido nos art. 55, inciso XIII da referida Lei, sob pena das sanções previstas em seu art. 87.
- 13.2. Caso se faça necessária a retificação de fatura por culpa da contratada, o prazo terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.



Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500 CNPJ 15.403.041/0001-04

e-mail: <u>licitacao@itaquirai.ms.gov.br</u> E.S.N.



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- 13.3. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice IPCA (IBGE), a título de compensação financeira, que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.
- 13.4. Entende-se por atraso o período que exceder o trintídio previsto no subitem 13.1.
- 13.5. O Contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, as prestações dos serviços não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 13.6. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Pregão.
- 13.7. Caso seja constatado erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a justificativa da parte que considerar indevida.
- 13.8. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 13.9. O Contratante não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

14. DO LOCAL, PRAZO, ACEITE E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

- 14.1. Os produtos deverão ser entregues nos locais a serem indicados pela Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento, por parte da contratada, da Autorização de Fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras da Administração Municipal.
- 14.2. A licitante Contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este Pregão, conforme o quantitativo e especificações descritas na Proposta, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição daqueles que não estejam em conformidade com as referidas especificações.
- 14.3. A entrega dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 74, I, e 76 da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante termo de recebimento, expedido por servidor responsável pelo Orgão competente, após a verificação da qualidade, quantidade, características e especificações.
- 14.4. Entregar os produtos, nos termos acima, se a qualquer tempo durante a sua





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

utilização normal, vier a se constatar fatos supervenientes que os tornem incompatíveis com as especificações, proceder-se-á a imediata substituição do mesmo, contados da comunicação da irregularidade pelo Órgão.

- 14.5. Serão recusados os produtos que não atenderem às especificações constantes neste Pregão e/ou que não estejam adequados para uso.
- 14.6. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

15. DAS PENALIDADES

- 15.1. Nos termos do art. 86 da Lei Federal nº. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 15.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, e demais condições resultantes deste Pregão, o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes penalidades:

15.2.1. Advertência;

- 15.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial;
- 15.3. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual, e Federal, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:
- a) apresentar documentação falsa, ou ainda ensejar injustificadamente o retardamento da realização do certame;
- b) não mantiver a proposta;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa do atendimento das condições de habilitação ou cometer fraude fiscal;
- d) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, falhar ou fraudar sua execução.





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

15.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

16. DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A validade dos preços registrados será de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. O modelo de Ata de Registro de Preços, a ser assinada com a(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação encontra-se anexa ao processo, fazendo parte integrante do mesmo (Anexo VI).
- 17.2. Na Ata de Registro de Preços estão definidos os critérios para atualização dos preços registrados e as penalidades em caso de inexecução total ou parcial da mesma ou da Autorização de Fornecimento.
- 17.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal, diretor, sócio da empresa ou procurador devidamente acompanhado, respectivamente, do contrato social ou procuração, e cédula de identidade para ambas as hipóteses.
- 17.4. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação enviada pelo Município (correspondência com aviso de recebimento), podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito, durante o seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração. Pela recusa em assinar a ATA, dentro do prazo estabelecido, será imputada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor proposto, ao licitante vencedor.

18. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 18.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelo Órgão e Entidades da Administração Municipal relacionadas no Anexo IA, do Termo de Referência;
- 18.2. O órgão e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de serviços ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida a ordem de classificação.





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- 18.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 18.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 18.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 18.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".
- 18.7. Os órgãos ou entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse mediante consulta dirigida ao Órgão Gerenciador, contendo a informação do item e a quantidade desejada, para que este verifique a possibilidade de utilização da Ata de Registro de Precos, com os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticada, obedecidos a ordem de classificação.
- 18.8. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 18.9. Caso o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços não concorde, deverá encaminhar correspondência mencionando a impossibilidade de atender, sendo então comunicado ao órgão não-participante ou carona a impossibilidade de sua adesão à Ata de Registro de Preços. Caso ele concorde, deverá encaminhar correspondência mencionando, devendo ser anexado uma cópia da correspondência no processo.
- 18.10. Caberá ao órgão gerenciador providenciar o Termo de Adesão do carona e o respectivo apostilamento em Ata de Registro de Preços dos órgãos não-participantes ou carona, para futuro acatamento dos pedidos.
- 18.11. Após assinatura do Termo de Adesão, deverá ser providenciada cópia do documento para ser anexado ao processo que originou o registro de preços.
- 18.12. As aquisições ou contratações adicionais que serão efetuadas pelo "carona" não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
- 18.13. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

- 18.14. A responsabilidade do órgão carona é restrita às informações que esse produzir, não respondendo pelas eventuais irregularidades do procedimento licitatório.
- 18.15. A Prefeitura de Itaquiraí/MS, através do órgão gerenciador não responde pelos atos do órgão carona.

19. DA CONTRATAÇÃO

- 19.1. As obrigações decorrentes da entrega dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com a Prefeitura de Itaquiraí, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:
- a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;
- b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, guando presentes obrigações futuras.
- c) A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.
- 19.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.
- 19.3. Os quantitativos de produtos serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.
- 19.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

20. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 20.1. A Prefeitura realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação.
- 20.2. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado (conforme pesquisa realizada), o órgão gerenciador deverá:
- 20.2.1. convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- 20.2.2. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.
- 20.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 21.

- 21.1. A Prefeitura de Itaquiraí/MS, responsável pelo presente Pregão reserva-se o direito
- 21.1.1. revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observado o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93;
- b) alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;
- c) adiar o recebimento das propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data.
- 21.2. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, em se tratando dos recursos previstos no item 11, será feita nela se excluindo a data de início e incluindo a do vencimento e, não sendo computados, para esse fim, os feriados.
- 21.3. O objeto licitado poderá sofrer acréscimos ou supressões em conformidade com o estabelecido nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 21.4. O Pregoeiro resolverá os casos omissos com base na legislação vigente.
- 21.5. As informações inerentes a este Pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, junto ao Departamento de Licitações e Contratos, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Sala do Departamento de Licitações e Contratos.
- 21.6. Fica eleito o foro da Cidade de Itaquiraí/MS, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir qualquer controvérsia resultante desta licitação, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 21.7. Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes anexos: I (Termo de Referência), II (Formulário Padronizado de Proposta), III (Declaração de Habilitação), IV (Declaração de Fatos Supervenientes Impeditivos), V (Declaração nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal), VI





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

(Minuta da Ata de Registro de Preços), VII (Minuta do Contrato), e VIII (Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte).

Itaquiraí/MS, 10 de julho de 2020.	
	Mauro José Gutierre
Secret	ário Municipal de Administração





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Este Termo de Referência visa especificar os elementos necessários para aquisição de filtros e lubrificantes, conforme demanda das Secretarias Municipais, tudo de acordo com as especificações contidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição justifica-se devido à necessidade de atender a demanda frota das Secretarias do Poder Executivo Municipal, uma vez que os itens a serem adquiridos são essenciais para manutenção dos veículos e máquinas, mantendo assim o seu bom funcionamento.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. O custo total estimado da presente licitação é de R\$ 299.237,45 (Duzentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos), baseado nas cotações de preços em anexo, calculado no Mapa Comparativo anexo ao processo.

I4 a ma	Descrição	l Inidada	Otala	Va	lor
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Unitário	Total
01	Filtro ar AP 4934	Unidade	02	213,50	427,00
02	Filtro ar AP 4935	Unidade	02	178,45	356,90
03	Filtro ASR 806	Unidade	02	83,84	167,68
04	Filtro comando de direção - EFL 043 341-14	Unidade	08	27,12	216,96
05	Filtro comando hidráulico PSH 974	Unidade	20	72,97	1.459,40
06	Filtro combustível G150/7 Voyage 2019/2020	Unidade	05	33,60	168,00
07	Filtro combustível secundário PCI 778	Unidade	05	97,33	486,65
08	Filtro combustível PC 953, Hilux 2019/2020	Unidade	05	61,13	305,65
09	Filtro combustível 0077362340	Unidade 10		99,25	992,50
10	Filtro combustível 2R0127177C	Unidade	15	15 113,93 1.708	
11	Filtro combustível 905411510027	Unidade	Unidade 10 103,77 1		1.037,70
12	Filtro combustível	Unidade 15 146,44		2.196,60	
13	Filtro combustível 924 F - RE 62419	Unidade 08 183,93		183,93	1.471,44
14	Filtro combustível FC 164	Unidade	02	32,47	64,94
15	Filtro combustível P 550625	Unidade	02	184,27	368,54
16	Filtro combustível P2/255	Unidade	10	24,78	247,80
17	Filtro combustível PSC 2002	Unidade 02 68,27			136,54

Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

18	Filtro combustível PSC 498	Unidade	139,86					
19	Filtro combustível PSC 990	Unidade	Inidade 02 62,23					
20	Filtro de Combustível PSC-499	Unidade	02	71,65	143,30			
21	Filtro de ar ACP 202	Unidade	02	41,57	83,14			
22	Filtro de ar ARS 7109	ar ARS 7109 Unidade 02						
23	Filtro de ar P181191	Unidade	02	60,93 185,60	371,20			
24	Filtro de ar 1310636080	Unidade	10	186,00	1.860,00			
25	Filtro de ar A3740947104	Unidade	15	113,30	1.699,50			
26	Filtro de ar AHD 7991/HLT 6098	Unidade	02	41,77	83,54			
27	Filtro de ar AP 7108	Unidade	10	59,60	596,00			
28	Filtro de ar 7998	Unidade	02	91,77	183,54			
29	Filtro de ar AP-2032	Unidade	05	178,43	892,15			
30	Filtro de ar ARL 4150	Unidade	34	29,93	1.017,62			
31	Filtro de ar ARL 4152	Unidade	05	33,47	167,35			
32	Filtro de ar ARL 8832	Unidade	22	29,44	647,68			
33	Filtro de ar ARL4147	Unidade	15	30,27	454,05			
34	Filtro de ar ARL6096	Unidade	30	29,60	888,00			
35	Filtro de ar ARS 2868	Unidade	04					
36	Filtro de ar ARS 3003	Unidade	05	101,60	508,00			
37	Filtro de ar ARS 7065	Unidade	05	99,30 496				
38	Filtro de ar ARS 839	Unidade	06	56,48	338,88			
39	Filtro de ar ARS 9839	Unidade	07	114,47				
40	Filtro de ar ARS 7990	Unidade	02	95,77	95,77 191,54			
41	Filtro de ar ARS 9838	Unidade	10	90,10	901,00			
42	Filtro de ar AS 820	Unidade	07	60,12	420,84			
43	Filtro de ar ASR 806	Unidade	02	86,00	172,00			
44	Filtro de ar ASR 203	Unidade	05	46,51	232,55			
45	Filtro de ar C 15 165/3	Unidade	80	91,45	731,60			
46	Filtro de ar C2295/2 Voyage 2019/2020	Unidade 05 42,43		212,15				
47	Filtro de ar CF 500/1	Unidade	05	102,43	512,15			
48	Filtro de ar CF 933	Unidade	07	117,97	825,79			
49	Filtro de ar externo 6223618 M1	Unidade	80	78,22	625,76			
50	Filtro de ar externo 87344136CNH	Unidade	06	235,91	1.415,46			
51	Filtro de ar externo AP 8528	Unidade	10	61,55	615,50			
52	Filtro de ar externo ARS 287	Unidade	08	95,82	766,56			
53	Filtro de ar externo ARS 7109	Unidade	22	59,60	1.311,20			
54	Filtro de ar externo C20325/02	Unidade	08	109,12	872,96			
55	Filtro de ar interno 219000364 L200 121	Unidade	08	146,38	1.171,04			
56	Filtro de ar interno 6223619 M1	Unidade	80	80,67	645,36			
57	Filtro de ar interno ARS 86 (original 2544543)	Unidade	08					
58	Filtro de ar interno CF1000	Unidade	15	57,60	864,00			
			l.	•				

Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

59	Filtro de ar interno LOGAR CFA 227-M	Unidade 10 65,12 65						
60	Filtro de ar LX 1779	Unidade	10	129,30	1.293,00			
61	Filtro de ar MAM C 15 165/3	Unidade	10	88,78	887,80			
62	Filtro de ARLA PEA 179	Unidade	02	172,90	345,80			
63	Filtro de combustível GI 60/7	Unidade	02	27,90	55,80			
64	Filtro de combustível 73403484CNH	Unidade	06	24,57	147,42			
65	Filtro de combustível G 5493	Unidade	02	19,50	39,00			
66	Filtro de combustível GI 04/7	Unidade	07	24,47	171,29			
67	Filtro de combustível JZW 201511	Unidade	05	141,40	707,00			
68	Filtro de combustível MB PSD 480/1	Unidade	12	62,12	745,44			
69	Filtro de combustível PAS 410	Unidade	02	82,60	165,20			
70	Filtro de combustível PC 2/155	Unidade	04	26,98	107,92			
71	Filtro de combustível PSC 353	Unidade	10	74,13	741,30			
72	Filtro de combustível PSC 411	Unidade	06	71,66	429,96			
73	Filtro de combustível PSC 706	Unidade	06	142,07	852,42 478,56			
74	Filtro de combustível PSC 745							
75	Filtro de combustível PSD 530/1	Unidade	07	57,92	405,44			
76	Filtro de combustível PSD 460/1	Unidade	07	·				
77	Filtro de combustível PSD960/1	Unidade	07	68,89	482,23			
78	Filtro de combustível PU835X	Unidade	05	77,77				
79	Filtro de combustível R 120L 510M							
80	Filtro de combustível WK 940/34	Unidade	06	123,12				
81	Filtro de motor lubrificante W 1135	Unidade	20	62,42 1.248,40 99,27 595,62				
82	Filtro de óleo 84228488CNH	·						
83	Filtro de óleo 90915TB001 Hilux 2019/2020	Unidade 05 43,45			217,25			
84	Filtro de óleo AL156625	Unidade 08 130,57 1.04						
85	Filtro de óleo hidráulico 47628831CNH	Unidade	06	165,65	993,90			
86	Filtro de óleo lubrificante LF 16352	Unidade	07	108,28	757,96			
87	Filtro de óleo lubrificante MAN W 1160	Unidade	05	107,82	539,10			
88	Filtro de óleo lubrificante MB HU 931/5	Unidade	07	40,65	284,55			
89	Filtro de óleo lubrificante PSL 127	Unidade	05	32,95	164,75			
90	Filtro de óleo lubrificante PSL 962	Unidade	07	53,94	377,58			
91	Filtro de óleo Lubrificante TM 5	Unidade	12	29,65	355,80			
92	Filtro de óleo mineral 47628830CNH	Unidade	06	170,86	1.025,16			
93	Filtro de óleo OC 250	Unidade	10	27,30	273,00			
94	Filtro de óleo PSL 55	Unidade	60	30,25	1.815,00			
95	Filtro de óleo PSL 619	Unidade	37	32,99	1.220,63			
96	Filtro de óleo PSL 714/1	Unidade	10	51,58	515,80			
97	Filtro de óleo PSL560	Unidade	35	28,99	1.014,65			
98	Filtro de óleo W7 Multi ¾ - D T M2	Unidade	10	31,12	311,20			
99	Filtro diesel PC 2/ 255	Unidade	10	24,08	240,80			
100								

Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

101	Filtro do ar ACP 103	Unidade	10	75,77	757,70
102	Filtro do motor PSL 417	Unidade	08	62,45	499,60
103	Filtro hidráulico - HX50	Unidade	08	59,12	472,96
104	Filtro hidráulico 47427164CNH	Unidade	06	187,19	1.123,14
105	Filtro hidráulico AGCO 6223537 M1	Unidade	08	207,52	1.660,16
106	Filtro hidráulico H813/3	Unidade	08	68,58	548,64
107	Filtro lubrificante 0001801609	Unidade	15	130,88	1.963,20
108	Filtro lubrificante 0001801709	Unidade	15	80,28	1.204,20
109	Filtro lubrificante 8094872	Unidade	10	101,38	1.013,80
110	Filtro lubrificante 941280190056	Unidade	10	110,10	1.101,00
111	Filtro lubrificante AL156625	Unidade	30	130,98	3.929,40
112	Filtro lubrificante PSL 158	Unidade	02	99,45	198,90
113	Filtro lubrificante RE59754	Unidade	20	69,44	1.388,80
114	Filtro lubrificante RI 333	Unidade	02	62,21	124,42
115	Filtro lubrificante TM 1	Unidade	02	26,25	52,50
116	Filtro lubrificante W 712/83	Unidade	05	44,58	222,90
117	Filtro lubrificante W 962	Unidade	23	56,12	1.290,76
118	Filtro motor lubrificante PSL 900	Unidade	10	35,12	351,20
119	Filtro motor PSL 340	Unidade	02	92,25	184,50
120	Filtro PSL 34M	Unidade	20	30,93	618,60
121	Filtro PSL 902	Unidade	20	45,92	918,40
122	Filtro separador de água RA 26A50	Unidade	15	74,70	1.120,50
123	Filtro W 923/1	Unidade	18	43,58	784,44
124	Filtro combustível DQ 24057	Unidade	08 51,83 41		414,64
125	Fluido de Freio DOT 3, frasco de 500ml	Frasco	1.956,80		
126	Fluído para freio DOT 4, indicado para sistema hidráulico de freios de automóveis de uso moderado, embalagem de 500ml.	Unidade	70	33,20	2.324,00
127	Graxa para pino, 1º linha, tambor de 170kg.	Tambor	01		
128	Graxa para rolamento NGLI, tambor de 20Kg	Unidade	10	568,58	5.685,80
129	Graxa para rolamento, 1 ^a linha, embalagem de 20 kg	Balde	17	501,92	8.532,64
130	Óleo 15w40, Balde de 20 litros – Diesel	Balde	30	395,22	11.856,60
131	Óleo 2 tempos SAE-30 DT, embalagem de 500ml	Unidade	11	16,25	178,75
132	Óleo 433, Balde de 20 litros	Balde	01	387,93	387,93
133	Óleo 90 lubrificante, balde de 20 litros	Balde	05	299,58	1.497,90
134	Óleo de motor APISM/CF semissintético 15w40, embalagem de	Unidade	30	28,92	867,60

Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

	1 Litro							
135	Óleo de motor, semissintético, SAE 15W50, embalagem de 1 litro	1 1000200 31 38 97 1 1						
136	Óleo diferencial 140, balde de 20 litros	Balde	05	342,58	1.712,90			
137	Óleo direção - ATF TA - ANO5460, balde de 20 litros	Balde	33	591,95	19.534,35			
138	Óleo hidráulico 68, 20 litros	Balde	20	243,56	4.871,20			
139	Óleo lubrificante 10W API CF, embalagem de 20 litros	Balde	20	471,88	9.437,60			
140	Óleo lubrificante 10W30 NH410B, embalagem de 20 litros	Balde	15	447,28	6.709,20			
141	Óleo lubrificante 140GL - 4, galão de 20 litros	Unidade	05	342,92	1.714,60			
142	Óleo lubrificante 15w40 CF-4, galão de 20 litros	Unidade	10	400,25	4.002,50			
143	Óleo lubrificante 15W40 CG, galão de 20 litros	Unidade	10	393,58	3.935,80			
144	Óleo lubrificante 15w40 CI-4, galão de 20 litros	Unidade	Unidade 50 438,55 2					
145	Óleo lubrificante 15w40 sintético, galão de 1 litro	Unidade	Unidade 30 32,25					
146	Óleo lubrificante 5W30 diesel 1 litro	Litro	41	41 43,10 1.76				
147	Óleo lubrificante 5W30 flex 1 litro	Litro	175	37,91	6.634,25			
148	Óleo lubrificante 5W40 diesel 1 litro	Litro	21	52,11	1.094,31			
149	Óleo lubrificante 5W40 flex 1 litro	Litro	55	46,58	2.561,90			
150	Óleo lubrificante 90GL, galão de 20 litros	Unidade	417,92	12.537,60				
151	Óleo lubrificante direção hidráulica ATF, tipo A, galão de 20 litros	Unidade 10 591,28 5			5.912,80			
152	Óleo Lubrificante GL 4-140, embalagem de 20 litros	Balde 05 342,92		1.714,60				
153	Óleo lubrificante isafluido 434, embalagem de 20 litros	Balde 80 422,62 3		33.809,60				
154	Óleo lubrificante para alta pressão, WB68, embalagem de 20 litros	Balde	80	338,56	27.084,80			
155	Óleo lubrificante SAE 15W-40, classificação API SN, multiviscoso semissintético, embalagem de 1 litro	Unidade	112	32,88	3.682,56			
156	Óleo lubrificante SAE 20W-50, primeira linha, embalagem de 1 litro	Unidade	02	28,12	56,24			
157	Óleo lubrificante SAE 30, isafluido 433 HD, embalagem de 20 litros	Balde	05	458,60	2.293,00			
158	Óleo mineral para freio NH610A	Litro	12	108,48	1.301,76			
159	Óleo motor semissintético 15w40, frasco de 1 litro – gasolina	Frasco	40	30,75	1.230,00			

Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

160	Óleo pluz 50 CQM 13103, balde de 20 litros	Balde	01	442,38	442,38
-----	--	-------	----	--------	--------

4. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ENTIDADES PARCITIPANTES

4.1. O Órgão Gerenciador será o Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração.

5. LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

5.1. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Administração, de acordo com cronograma de entrega, previamente definido pelo Departamento de Compras do município.

6. PRAZO DE ENTREGA

6.1. O prazo máximo de entrega será de 02 (dois) dia úteis, contados após o recebimento, por parte da contratada, da Autorização de Fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 7.1 O recebimento do(s) produto(s) será de forma provisória, para posterior verificação de conformidade do objeto, e definitivamente, após a verificação das especificações e qualidade do mesmo, mediante termo de recebimento, expedido por servidor responsável pelo Órgão competente.
- 7.2 Recebido o(s) produto(s), nos termos acima, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal, vier a se constatar fatos supervenientes que o torne incompatível com as especificações, proceder-se-á a imediata substituição do mesmo, contados da comunicação da irregularidade pelo Órgão.

8. FORMA DE SOLICITAÇÃO DE COMPRA

7.1. O(s) produto(s) será(ão) solicitado(s) através de Autorização de Fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras da Secretaria de Administração, devidamente autorizada e assinada pela autoridade competente.

9. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Será firmada a Ata de Registro de Preços com a licitante vencedora com base nos dispositivos do Decreto Municipal nº. 2.461/13.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- 10.1 Entregar os produtos, objeto deste termo de referência, no prazo proposto e em conformidade com as especificações exigidas;
- 10.2 Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.3 Todos os encargos, impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste termo de referência, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto, será por conta da contratada;
- 10.4 Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- 10.5 Responder, perante ao Contratante e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos à execução do objeto deste Contrato;
- 10.6 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o Contratante;
- 10.7 Instruir o fornecimento do objeto deste Contrato com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação/autorização de fornecimento;
- 10.8 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 10.9 Não transferir em hipótese alguma, o objeto deste termo de referência a terceiros.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos por ela;
- 11.2 Fornecer e colocar à disposição da Fornecedora todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto;
- 11.3 Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste Termo de Referência:
- 11.4 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- 11.5 Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- 11.6 Fiscalizar o presente Contrato através do Órgão competente;
- 11.7 Acompanhar a entrega dos produtos efetuada pela Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão da entrega.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos devidos à contratada serão efetuados pela Secretaria Municipal de Finanças, em até 30 (trinta) dias após o recebimento do(s) produto(s), e mediante a apresentação das faturas ou notas fiscais devidamente atestadas e visadas, por funcionários da Prefeitura de Itaquiraí/MS.

13. ACOMPANHAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1. A Secretaria Municipal de Administração exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de cumprimento do contrato ou equivalente, e, a Contratada aceitara, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Administração, a qual um nomeara funcionário, para exercer tal função, cabendo a ele toda a fiscalização para o total cumprimento do objeto.

14. SANÇÕES

- 14.1. Nos termos do art. 86 da Lei Federal nº. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 14.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, e demais condições resultantes deste Pregão, o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes penalidades:

14.2.1. Advertência:

- 14.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial;
- 14.3. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual, e Federal, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:
- a) apresentar documentação falsa, ou ainda ensejar injustificadamente o retardamento da realização do certame;





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- b) não mantiver a proposta;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa do atendimento das condições de habilitação ou cometer fraude fiscal;
- d) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, falhar ou fraudar sua execução.
- 14.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Itaquiraí/MS, 10 de julho de 2020.

Mauro José Gutierre
Secretário Municipal de Administração





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

ANEXO II

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

_	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAQUIRAÍ			PREGÃO PRESENCIAL №/2020					
CNPJ: 15.403.041/0001-04 Rua Campo Grande, 1585 CEP: 79.965-000 Telefone: 67-3476-3500					sso:/2 o Proce			2020	
Forne	cedor:								
Ende									
Cidad				Te	lefone:				
CNPJ					e-mail:				
	ade da Pi				Banco				
		Pagamento:			Agênd				
Prazo	de Entre	ega/Execução:			Conta	Corren	te:		
	ı		T	Т					
Item		Descrição	Unid.	Marc	larca Qtde		L		alor
04		•					Un	ilt.	Total
01									
			Va	lor total d	la Pron	osta –			R\$
			v a	ioi totai c	аттор	USIA –	L		IVΨ
PREÇ NECE DA L HOSF	OS OF ESSÁRIA ICITAÇÃ PEDAGE	S EXPRESSAME ERTADOS EST. S AO CUMPRIM O, BEM COMO M, QUE OCORRI	ÃO INCLU IENTO INT AS DESPE ERÃO POR	SOS TOI EGRAL D SAS COI CONTA D	DOS C DAS OB M LOC	S CUS RIGAÇ OMOÇÂ	STOS ÕES ÁO, A	E DEC	DESPESAS ORRENTES
		Cari	mbo e assir	natura do f	ornece	dor			





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Pregão Presencial nº/2020. Processo Administrativo nº/2020.
(Nome da Empresa), situada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei nos termos do Inciso VII, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos no Edital de Pregão Presencial nº/2020, autorizado pelo Processo nº/2020.
Por ser expressa manifestação da verdade, firmo o presente.
Cidade/UF, dia de de 2020.
Carimbo do CNPJ/MF e assinatura do Representante legal da empresa





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS

Pregão Presencial nº/2020. Processo nº/2020.
Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fatos que impeça a nossa empresa de participar de licitações públicas, e compromete-se informar a qualquer tempo, sob as penas da Lei, a existência de fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação, na forma determinada no § 2º, do art. 32 da Lei Federal nº. 8.666/93
Cidade/UF, dia de de 2020.
Carimbo do CNPJ/MF e assinatura do Representante legal da empresa





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

ANEXO V

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO **FEDERAL**

Pregão Presencial nº/2020. Processo nº/2020.
"inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº, pertador (a) da Carteira de Identidade de nº, pertador (b) de carteira de Identidade nº, perclara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos e trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
Cidade/UF, dia de de 2020.
Carimbo do CNPJ/MF e assinatura do Representante legal da empresa
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)







ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

ANEXO VI

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Itaquiraí , neste ato repres doravante denominado CONTRATANTE,		
estabelecida no Rua	, nº	CNPJ Nº.
, pelo seu	•	•
denominada FORNECEDORA, nos termos		
alterações, Lei Federal 10.520/2002 e D		
modalidade Pregão e das demais normas le		
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO		
Ata de Registro de Preços, obedecidas as alterações posteriores e as condições segui	• •	666/93, suas

CLAUSULA I - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de filtros e lubrificantes, em atendimento à demanda da Administração Municipal, conforme especificações contidas no anexo I do edital.

CLÁUSULA II – DOS PREÇOS

2.1. Os preços ofertados pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços, é os especificados na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº. /2020, a saber:

Empresa								
Item	Descrição I	Marca	Unidade	Qtde	Valor			
		ivialCa			Unitário	Total		

CLAUSULA III – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura.
- 3.2. Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itaquiraí não será obrigado a adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
- 3.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preco, às cláusulas e condições constantes do Pregão Presencial para Registro de Preços nº.



Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500 CNPJ 15.403.041/0001-04

e-mail: <u>licitacao@itaquirai.ms.gov.br</u> E.S.N.



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

/2020, que precedeu a integra do presente instrumento de compromisso, independentemente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO (Conforme Edital)

CLÁUSULA V – DA ENTREGA E DO PRAZO (Conforme Edital)

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Do Município:

- **6.1.1.** Atestar nas Notas Fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;
- **6.1.2.** Aplicar à Detentora da Ata penalidades ou sanções, quando for o caso;
- 6.1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do empenho;
- 6.1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- **6.1.5.** Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

6.2. Da Detentora da Ata:

- 6.2.1. Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.
- 6.2.2. A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.
- 6.2.3. Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.
- **6.2.4.** A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500 CNPJ 15.403.041/0001-04 e-mail: <u>licitacao@itaquirai.ms.gov.br</u> E.S.N.



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- 6.2.5. Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
- 6.2.6. No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o produto.

CLÁUSULA VII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO (Conforme Edital)

CLÁUSULA VIII – DAS PENALIDADES (Conforme Edital)

CLÁUSULA IX - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 9.1. Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º do art. 28 da Lei Federal 9.069 de 29.6.1995, ao art. 3º §1º, da Lei nº. 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. __/2020, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal nº. 2.068/2006.
- 9.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico financeiro da avença.

CLÁUSULA X – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
- **10.1.1.** a detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 10.1.2. a detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;
- 10.1.3. a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;
- 10.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
- 10.1.5. os precos registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos:



Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500 CNPJ 15.403.041/0001-04

e-mail: <u>licitacao@itaquirai.ms.gov.br</u> E.S.N.



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- 10.1.6. por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;
- 10.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.
- 10.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 10.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XI – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

- 11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador da Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras os quantitativos das aquisições.
- 11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, iqualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO:

- 12.1. Para o recebimento do objeto desta licitação, a Prefeitura designará no mínimo 01 (um) servidor, nomeado através de desta Ata, conforme cláusula XIII, que farão o recebimento nos termos do artigo 73, II, "a" e "b", da Lei 8.666/93, da seguinte forma:
- a) provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação:
- b) definitivamente, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

CLÁUSULA XIII – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – A Administração e os atos de controle do Contrato decorrente da presente licitação,

Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500 CNPJ 15.403.041/0001-04

e-mail: <u>licitacao@itaquirai.ms.gov.br</u> E.S.N.



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

será do Setor de Compras do Município de Itaquiraí/MS.
II – A Administração nomeia o(a) funcionário(a), lotado na Secretaria Municipal de, como FISCAL, cabendo a ela toda a Fiscalização para o fiel cumprimento de todos os atos previstos neste Documento por parte da empresa vencedora do Certame.
III – Fica como responsabilidade do FISCAL, acionar tanto o Departamento de Licitação, como o Assessor Jurídico sob qualquer descumprimento das regras da Ata por parte das empresas, sendo que todos os comunicados deverão ser feitos por escrito.
IV – O FISCAL da Ata deverá ser comunicado, bem como possuir cópia de todos os pedidos realizados pelo Departamento de Compras para possuir conhecimento de todos os Atos praticados.
V – Todas as Secretarias deverão comunicar o FISCAL quando da chegada das mercadorias para que o mesmo realize a conferência.
CLÁUSULA XIV – DAS COMUNICAÇÕES
14.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.
CLÁUSULA XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1. Integram esta Ata, o Edital do Presencial Para Registro de Preços nº/2020 e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.
15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº. 1.391/2006 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.
CLÁUSULA XVI – DO FORO
16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Itaquiraí, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.
E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.
Prefeito Empresa Detentora da Ata





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ___/2020 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. ____/2020

A PREFEITURA DE	- MS, pessoa jurídica de direito público interno, com
sede na Rua . n°	. Centro MS. inscrito no C.N.P.J.
sob o Nº, nes	te ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. o, portador do RG n.º, SSP/
, brasileiro, casado	o, portador do RG n.º, SSP/
e CPF n.º, resid	lente e domiciliado na Rua,
nº, Bairro,	MS, doravante denominado
Contratante e de outro lado a emp	resa, pessoa jurídica de I/MF sob o n.º, com
direito privado, inscrita no CNP	I/MF sob o n.º, com
estabelecimento na	, Bairro, na cidade
, doravante d	denominada Contratada , representada neste ato por
, (nacionalio	ade, estado civil, profissão), portador da CI sob o
rosi	la pela SSP/, e inscrito no CPF
NIO Poirro, 1650	dente e domiciliado na Rua, e perante as
testemunhas abaixo firmadas nac	tuam o presente Contrato , cuja celebração foi
	ologação do processo de Pregão Presencial nº
/2020 realizado nos termos	da Lei Federal nº. 10.520/2002, regulado
	8.666/93 em sua atual redação, e na Lei Municipal
	lidas as cláusulas e condições que se enunciam a
seguir:	
S .	
CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:	Constitui objeto da presente contrato, a aquisição
filtros e lubrificantes, em atendiment	o à demanda da Administração Municipal, conforme
especificações contidas no anexo I do	edital.
_	
	CUÇÃO: O objeto deste contrato será realizado por
execução indireta, sob regime de emp	preitada por preço unitário.
CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇ	O E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Dá-se a este
contrato o valor global de R\$	(), para prestação de
	a primeira, e para o período mencionado na cláusula
quarta.	
£ 40 Os nagamentos devidos à ser	trotodo corão efetuados no Tacquirario do Drefaituro
	itratada serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura
	rinta) dias no valor mensal de R\$ liante a apresentação de faturas ou notas fiscais
	r funcionários da Prefeitura de Itaquiraí/MS.
devidamente atestadas e visadas, po	Tariolorianos da Freiendia de naquilan/ivio.

Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500 CNPJ 15.403.041/0001-04

e-mail: <u>licitacao@itaquirai.ms.gov.br</u> E.S.N.





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

- § 2º O critério de reajuste dos preços contratados será com base no Inciso XI do Art. 40, da Lei Federal n.º 8.666/93, em sua atual redação, e no mesmo percentual e data dos reajustes determinados pelo órgão competente do Governo Federal, ou da variação efetiva do custo da produção e preços atuais de mercado local ou regional, mediante pesquisa de preços, ou ainda na variação mensal do IGPM (FGV).
- § 3º Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à **Contratada**, aplicar-se-á o índice IPCA (IBGE), a título de compensação financeira, que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.
- § 4º O preço contratado compreende todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que sujeito.
- § 5º Caso se faça necessária a retificação de fatura por culpa da **Contratada**, o prazo terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

CLÁUSULA QUARTA - O PRAZO: O prazo de vigência do presente Contrato é de, contados a partir da data de sua assinatura.
PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo interesse da Administração, o presente Contrato poderá ser prorrogado nas seguintes hipóteses:
 Nos casos previstos na legislação pertinente; Havendo saldo remanescente quanto ao objeto contratado.
CLÁUSULA QUINTA - DA DESPESA: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO: Cabe a Contratante, a seu critério e através da Secretaria Municipal de Administração, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de cumprimento do presente contrato, e, a Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FISCAL DO CONTRATO

 I – A Administração e os atos de controle do Contrato decorrente da presente licitação, será do Setor de Compras do Município de Itaquiraí/MS.







ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

II – A Administração	nomeia o(s)	funcionário(s)		,	portador do
CPF nº	, lotado na	Secretaria Mun	icipal de	, C	omo FISCAL
do Contrato, cabendo	a ele(s) tod	a a Fiscalizaçã	io para o fiel	cumprimento	de todos os
atos previstos neste D	ocumento po	or parte da(s) ei	npresa(s) ven	cedora(s) do	Certame.

- III Fica como responsabilidade do FISCAL, acionar tanto o Departamento de Licitação, como o Assessor Jurídico sob qualquer descumprimento das regras do Contrato por parte das empresas, sendo que todos os comunicados deverão ser feitos por escrito.
- IV O FISCAL do Contrato deverá ser comunicado, bem como possuir cópia de todos os pedidos realizados pelo Departamento de Compras para possuir conhecimento de todos os Atos praticados.
- V Todas as Secretarias deverão comunicar o FISCAL quando da chegada das mercadorias para que o mesmo realize a conferência.
- PARÁGRAFO ÚNICO A Contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.
- CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Constituem obrigações da **Contratada**, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:
- I Executar os serviços, objeto deste Contrato, no prazo proposto e em conformidade com as especificações exigidas no Edital;
- II Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem a este ajuste;
- III Assumir, com exclusividade, todos os encargos, impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, trânsito, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;
- IV Assumir, como exclusivamente suas, as responsabilidades pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros;
- V Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- VI Responder perante ao Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

sob a sua responsabilidade ou por erro relativos à execução do objeto deste Contrato;

- VII Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o Contratante;
- VIII Instruir o fornecimento do objeto deste Contrato com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia(s) da(s) Autorização(ões) de Fornecimento;
- IX Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- **X** Não transferir em hipótese alguma este instrumento contratual a terceiros.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: Constituem obrigações do Contratante:

- I Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **Contratada**:
- II Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;
- III É de responsabilidade da contratante os pagamentos com hospedagem, alimentação e deslocamento da Contratada;
- IV Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste Contrato;
- V Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;
- VI Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- VII Fiscalizar o presente Contrato através do Órgão competente;
- VIII Acompanhar a entrega dos serviços efetuada pela Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão da entrega.
- CLÁUSULA DÉCIMA DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS: Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Administração.
- § 1º A Contratada obriga-se a entregar os produtos a que se refere este Contrato, conforme os quantitativos e especificações descritas na Proposta, sendo de sua inteira





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

responsabilidade a substituição daqueles que não estejam em conformidade com as referidas especificações.

- § 2º O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 74, I, e 76 da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante termo de recebimento, expedido por servidor responsável do Órgão competente, após a verificação da qualidade, quantidade, características e especificações.
- § 3º Recebidos os produtos, nos termos acima, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal, vier a se constatar fatos supervenientes que os tornem incompatíveis com as especificações, proceder-se-á a imediata substituição do mesmo, contados da comunicação da irregularidade pelo Órgão.
- § 4º Especificar na Nota Fiscal: preço unitário, inclusive os centavos, incluídas todas as taxas, impostos, frete, e demais despesas.
- § 5º Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.
- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Nos termos do art. 86 da Lei Federal nº. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- PARÁGRAFO ÚNICO Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- I Advertência por escrito, quando a Contratada praticar irregularidades de pequena
- II Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial;
- III Por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do fornecimento, cumulável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso;
- IV Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao Órgão competente no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente a critério do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO: A rescisão do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93:

- II amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III judicial, nos termos da legislação;
- § 1º A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- § 2º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA Fica o presente contrato para todos os efeitos de Direitos, vinculado ao Edital do Pregão Presencial nº. /2020.
- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA Aos casos omissos neste instrumento, por ocasião da execução do objeto, serão aplicáveis a Legislação pertinente a espécie, nos termos do inciso XII do Art. 55 da Lei nº. 8.666/93, em sua atual redação.
- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS ALTERAÇÕES: O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos na legislação pertinente, para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações.
- PARÁGRAFO ÚNICO Qualquer alteração nas condições ora estipuladas neste Contrato deverá ser feita mediante Termo Aditivo, devidamente assinado pelos representantes legais das partes.
- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO: Dentro do prazo regulamentar, o Contratante providenciara a publicação em resumo, do presente contrato.
- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO: O foro do presente contrato será o da Comarca da cidade de Itaquiraí/MS, excluído qualquer outro.

E,	para firmeza	e validade d	lo que	aqui ficou	estipulado
firmam o presente instrumento,	com 02 (duas)	cópias de igu	al teor,	as partes co	ontratantes
e duas testemunhas que a tudo	assistiram.				

-MS, de	de	2020.
WO, GC	ac	2020.





ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE Rep	Rep	ONTRATADA
TESTEMUNHAS:		
CPF/MF	CPF/MF	_







ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

	A	empresa					inscrita represent Carteira	ante	legal	o(a)	Sr.(a)
sob	as sa	A, para fins anções adm lata, é consi	expedida do disposto iinistrativas	pela no ite	SSP/ m 4 do	e d Edital d	e CPF r do Pregão	າ° Prese	encial	n°	/2020,
() M	ICRC	EMPRESA	conforme	Inciso I,	, art. 3° (da Lei (Compleme	ntar nʻ	°. 123/	2006;	
` '	MPR 12006	ESA DE PE S.	QUENO P	ORTE,	conform	e inciso	o II, art. 3°	da lei	Comp	olemer	ntar n°.
		ainda que s° da Lei Co							es do	parág	rafo 4°
(loca	lidade	e), (de	C	de 2020.						
(Rep	resen	tante Legal	empresa)	_		(Contador/T	écnico	o e nº.	CRC	_

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.

Rua Campo Grande, 1585 - CEP - 79.965-000 - Fone: (67) 3476-3500

CNPJ 15.403.041/0001-04 e-mail: <u>licitacao@itaquirai.ms.gov.br</u> E.S.N.